

Folha Informativa SRAA

2025-05-19

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Portaria n.º 55/2025 de 19 de maio de 2025</u>	2025.05.19	Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação.	Altera a Portaria n.º 45/2015, de 15 de abril, que estabelece as regras aplicáveis aos apoios a conceder no âmbito da Sub-medida 4.3 “Melhoria e Desenvolvimento de Infraestruturas”, da Medida 4 “Investimentos em Ativos Físicos”, do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+).
<u>Declaração de Retificação n.º 5/2025 de 19 de maio de 2025</u>	2025.05.19	Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação.	Retifica a Portaria n.º 23/2025, de 19 de março, publicada no Jornal Oficial, I série, n.º 39, de 19 de março de 2025.

OUTROS ASSUNTOS



República Portuguesa

Notícias



Observatório de Preços | Relatório da Cadeia de Valor do Arroz

O GPP disponibilizou o relatório da cadeia de valor do arroz, com a análise dos principais fluxos e circuitos comerciais, os custos da atividade e caracterização das componentes da formação do preço e margens líquidas, tendo por base as últimas três campanhas comerciais (2021, 2022 e 2023) a partir da metodologia definida para identificação dos pontos críticos ao longo da fileira para recolha de informação.

O Observatório de Preços da Cadeia de Valor Agroalimentar disponibiliza informação regular dos preços da produção ao consumo referentes aos produtos alimentares de fileiras específicas e analisar a estrutura dos custos e ao longo da cadeia de abastecimento agroalimentar.

Consulte o documento [aqui](#).

Ver [mais informação](#)

Fonte - [Observatório de Preços | Relatório da Cadeia de Valor do Arroz | Notícias](#)

Folha Informativa SRAA

2025-05-19

Eventos



Webinar “Boas práticas sobre inovação rural”

Quinta-feira 22 maio 2025

Organização: [European Rural Pact](#) (ERP)

Este evento tem como objetivo estimular a capacidade de desenvolvimento e implementação de ações inovadoras que respondam às oportunidades e desafios emergentes nas zonas rurais, em particular no que respeita à inovação tecnológica, ecológica e social.

O programa da iniciativa inclui a apresentação de experiências e iniciativas nacionais, regionais e locais.

[Programa](#)

[Inscrição](#)

[Mais informação](#)

Local: Online

Fonte - [Webinar “Boas práticas sobre inovação rural”](#)



União Europeia



Outras Notícias da Comissão Europeia



Reforçar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento agroalimentar: Conselho adota posição de negociação

Os representantes dos Estados-Membros no Comité Especial da Agricultura (CEA) aprovaram hoje o mandato de negociação do Conselho sobre uma alteração específica do regulamento relativo à organização comum de mercado dos produtos agrícolas (OCM) e dos dois outros atos que regem a política agrícola comum. Estas alterações têm por objetivo dar resposta aos desafios crescentes enfrentados pelos agricultores e reforçar a sua posição na cadeia de abastecimento alimentar.

As regras propostas destinam-se a dar aos agricultores uma posição negocial mais forte, para que os atores poderosos da cadeia de abastecimento alimentar não lhes imponham condições desfavoráveis. Ao capacitar os agricultores, as regras atualizadas contribuirão para estabilizar os seus rendimentos e garantir meios de subsistência mais justos na agricultura.

“Os agricultores desempenham um papel vital nas nossas vidas, mas continuam a ser o elo mais fraco da cadeia de abastecimento agroalimentar. As novas regras visam melhorar o seu poder de negociação, garantindo-lhes uma vida justa e digna com o seu trabalho árduo. O objetivo final é restaurar a confiança em toda a cadeia de abastecimento alimentar”

➤ Principais elementos da proposta

As alterações propostas ao regulamento relativo à OCM centram-se em vários domínios fundamentais, a fim de reforçar o papel dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar:

- ✓ tornando os contratos escritos uma obrigação geral entre agricultores e compradores e melhorando a forma como os contratos a longo prazo têm em conta a evolução do mercado, as flutuações dos custos e as condições económicas
- ✓ introduzindo uma cláusula de revisão nos contratos a longo prazo, para melhor proteger os agricultores a longo prazo e garantir que não fiquem presos a condições desfavoráveis
- ✓ simplificando as regras para o reconhecimento legal das organizações de produtores
- ✓ reforçando as organizações de produtores e as suas associações, permitindo que os Estados-Membros lhes concedam mais apoio financeiro através de intervenções sectoriais da PAC

Folha Informativa SRAA

2025-05-19



Outras Notícias da Comissão Europeia

- ✓ encorajando os jovens e os novos agricultores a aderir a organizações de produtores reconhecidas através de incentivos
- ✓ definindo as condições de utilização de termos facultativos como “justo”, ‘equitativo’ e “cadeia de abastecimento curta” na comercialização de produtos agrícolas

➤ Principais alterações acordadas pelo Conselho

O Conselho apoia os principais elementos e os objetivos globais da proposta, mas sugere uma série de melhorias no seu mandato de negociação.

Contratos escritos

A Comissão propôs a introdução de contratos escritos obrigatórios para cada entrega de produtos agrícolas, com algumas exceções.

No seu mandato, o Conselho sugeriu uma série de alterações que clarificam quem é abrangido pela obrigação de contratos escritos. Introduziu também outras exceções, com o objetivo de dar mais flexibilidade aos Estados-Membros para adaptarem a obrigação às suas necessidades específicas, em função do sector e do produto.

Em particular, os Estados-Membros poderão decidir que não é necessário um contrato escrito se o primeiro comprador de produtos agrícolas for uma microempresa ou uma empresa de pequena dimensão, se a entrega das mercadorias for efetuada e o pagamento for feito ao mesmo tempo ou se o valor das entregas não exceder um máximo de 20 000 euros.

Cláusula de revisão dos contratos

Além disso, os agricultores poderão acionar a cláusula de revisão dos contratos a longo prazo após 12 meses, em vez dos seis meses propostos pela Comissão. O objetivo é garantir a previsibilidade e a estabilidade da cadeia de abastecimento, assegurando simultaneamente a proteção dos agricultores, nomeadamente nas situações em que o preço que recebem pelos seus produtos já não cobre os custos de produção.

Mecanismo de mediação

A Comissão propôs a criação de mecanismos de mediação obrigatórios entre os agricultores e os seus compradores, a fim de incentivar as partes a chegarem a uma solução amigável em caso de litígio sobre a celebração ou revisão de um contrato escrito.

A fim de reduzir os encargos administrativos e respeitar a situação específica dos Estados-Membros, o Conselho acordou em que os mecanismos de mediação devem ser voluntários, o que significa que caberá aos Estados-Membros decidir se os estabelecem ou não.

Entrada em vigor

O Conselho acordou em que haverá um período de transição de dois anos, em comparação com os 18 meses previstos na proposta. Tal permitirá que o sector agroalimentar se adapte e se prepare para as novas regras.

Próximas etapas

Com este acordo, a Presidência está pronta a encetar negociações com o Parlamento Europeu, logo que este tenha adotado a sua posição.

Fonte - [Strengthening farmers' position in the agrifood supply chain: Council agrees negotiating position - Consilium](#)